

Inflação menor vai obrigar governo a cortar R\$ 4 bi do Orçamento de 2024

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisará efetuar um corte de ao menos R\$ 4 bilhões nas despesas programadas no Orçamento de 2024 por causa da desaceleração da inflação na reta final deste ano.

Embora seja uma notícia positiva para o bolso dos consumidores, a evolução mais lenta do índice de preços resultará na expansão menor no limite de gastos do governo federal em 2024, na comparação com o inicialmente previsto pelo Executivo.

O problema se soma ao impasse em torno do tamanho do eventual contingenciamento de recursos para cumprir a meta fiscal de déficit zero traçada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Diante da expectativa de

frustração de receitas, o valor do bloqueio em 2024 pode ser de até R\$ 23 bilhões, pelas contas de Haddad, ou de R\$ 53 bilhões, nos cálculos do mercado.

A Fazenda tenta emplacar uma interpretação jurídica do novo arcabouço fiscal que assegure o menor valor como trava máxima à execução do Orçamento.

A estratégia foi colocada em marcha por meio de uma emenda à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024 e foi decisiva para conter pressões por uma mudança na meta de 2024.

A diferença é que um eventual contingenciamento pode ser temporário: o governo consegue revertê-lo, caso consiga receitas extras para bancar as despesas ou altere a meta fiscal. Já o corte em

razão da inflação menor será permanente, sem possibilidade de reversão.

O limite de gastos previsto no novo arcabouço fiscal é corrigido pela inflação acumulada em 12 meses até junho do ano anterior, mais um ganho real vinculado à alta da arrecadação. Mas a lei complementar autoriza o governo a abrir um crédito suplementar no início do exercício, caso a inflação acumulada até dezembro fique maior do que a observada na metade do ano.

A equipe econômica antecipou em parte os ganhos desse crédito ao decidir já incluir na proposta de Orçamento de 2024 as despesas extras de forma condicionada -isto é, os recursos só seriam liberados mediante a verificação da correção maior.

Idiana Tomazelli/Folhapress



Economia



Saiba como empresários e trabalhadores avaliam o veto à desoneração

Página - 03

Investimentos no Tesouro Direto somam R\$ 3,325 bilhões em outubro

Página - 03



Comissão de Meio Ambiente aprova PL dos Defensivos Agrícolas e projeto vai a plenário do Senado

Página - 05

Clima leva à alta de preço da maioria de hortaliças e frutas no atacado em outubro, diz Conab

Página - 05



Política

Governo apresentará proposta até o fim deste ano para substituir desoneração, diz Haddad

Página - 04

Lula obriga empresas a publicar relatório para fiscalizar igualdade salarial entre homem e mulher

Página - 04

No Mundo

Hamas liberta 24 reféns em primeiro dia de cessar-fogo com Israel



Após 49 dias sob o poder do Hamas, 24 pessoas sequestradas em solo israelense foram libertadas pelo grupo terrorista na sexta-feira (24), por volta das 16h30 do horário local (11h30 em Brasília). Além dos 13 cidadãos de Israel previstos no acordo com a facção palestina, ela ainda libertou mais 11 capturados, dez tailandeses e um filipino.

O grupo israelense é o primeiro a ser solto graças a um acordo firmado entre o Hamas e Tel Aviv esta semana. Espera-se que, até a segunda-feira (27), ao menos dez reféns do país, todos mulheres e menores de 19 anos, sejam libertados por dia, de

modo que ao final do cessar-fogo de quatro dias 50 reféns tenham sido soltos.

É possível que esse número seja ainda maior, uma vez que Israel se propôs a estender a trégua por mais 24 horas a cada novo grupo de dez reféns que os terroristas libertarem. Ao todo, cerca de 240 pessoas foram capturadas pela facção terrorista palestina em sua sangrenta incursão ao solo israelense de 7 de outubro. O atentado, batizado de “sábado negro” pela imprensa local, deixou 1.200 mortos e serviu de estopim para os enfrentamentos entre Tel Aviv e em Gaza.

A contrapartida para a saída dos reféns israelenses de

Gaza é a soltura de 150 mulheres e menores de 19 anos palestinos atualmente detidos em presídios israelenses. A libertação de 39 deles foi confirmada nesta sexta, e à tarde já havia registros de alguns deles sendo retirados de penitenciárias israelenses e embarcando em ônibus rumo à Cisjordânia.

Uma multidão os aguardava em frente a Ofer, uma unidade carcerária na região, para celebrar seu retorno. Vídeos que não puderam ser verificados de forma independente mostram forças de Tel Aviv lançando gás lacrimogêneo sobre o grupo, que inclui parentes dos detidos, moradores e jornalistas. Folhapress

Diplomatas árabes acreditam que trégua pode se ampliar e ser um “divisor de águas” para o conflito

A trégua de quatro dias que começou na sexta-feira (24) pode ser um “divisor de águas” para o conflito Israel-Hamas. A reportagem da CNN apurou, em caráter reservado, as expectativas de diplomatas de países árabes em Brasília para o cenário após a pausa.

Representantes afirmaram que a trégua, inicialmente negociada para quatro dias, pode ser estendida para um período maior, de até 10 dias.

Nesse cenário, a liberação de reféns poderia prosseguir, a entrada de serviços humanitários e de equipes de imprensa pode possibilitar mais apoio para os palestinos na região e, também, revelar ao mundo o real cenário da Faixa de Gaza pós-bombardeios.

Nesse cenário, uma trégua prolongada poderia criar condições para negociar um cessar-fogo ainda mais duradouro. As autoridades de saúde locais estimam que,

para além dos quase 15 mil mortos já contabilizados, pode haver ainda um número semelhante de vítimas sob os escombros, especialmente mulheres e crianças.

“Esses quatro dias vão servir para que a comunidade internacional veja o grau de destruição e selvageria na Faixa de Gaza. Israel não vai mais conseguir mais se posicionar como vítima depois que as imagens começarem a circular”, explicou um diplomata árabe.

Além disso, os representantes de países árabes também acreditam que a pausa possa ter um peso junto à opinião pública.

“O apoio aos palestinos entre as massas tem aumentado, mas o apoio dos governos ainda é muito tímido. No entanto, a pressão dos líderes ocidentais sobre Israel já está começando a mudar, e a aceitação da trégua é uma prova disso”, disse um diplomata de país da região. CNN

China tem hospitais lotados com casos de doenças respiratórias



Hospitais em Pequim e no norte da China têm enfrentado uma onda de casos de doenças respiratórias em crianças no primeiro inverno no país após o fim das medidas rigorosas contra Covid-19 quase um ano atrás.

O tempo de espera por atendimento tem levado horas, com centenas de pacientes na fila de alguns hospitais infantis nas principais cidades do norte da China, de acordo com informações obtidas pela CNN, de notícias na mídia estatal e de mensagens em redes sociais.

Um funcionário do Hospital Infantil de Pequim disse à mídia estatal na terça-feira

(21) que a média atual de mais de 7.000 pacientes atendidos diariamente “excede em muito a capacidade do hospital”.

O maior hospital pediátrico nas proximidades de Tianjin quebrou um recorde no sábado (18) ao receber mais de 13 mil crianças na emergência e em consultas, de acordo com uma agência estatal local.

Quando a CNN ligou para perguntar sobre horários no Beijing Friendship Hospital na quinta-feira, um membro da equipe disse que um paciente poderia levar o dia todo para ver um pediatra.

“Neste momento, temos muitas crianças aqui. Aqueles que chegaram para consultas de emergência ontem ainda

não puderam ver o médico esta manhã”, disse o membro da equipe.

Autoridades de saúde em Pequim e de outras grandes cidades do norte da China disseram que doenças sazonais típicas, incluindo gripe e o vírus sincicial respiratório (VSR) assim como a pneumonia por micoplasma – uma infecção bacteriana que normalmente gera uma infecção leve e afeta crianças – são as principais causas dos atendimentos.

O crescimento nos casos no norte da China ocorre em meio a um aumento nas infecções respiratórias sazonais em todo o hemisfério norte. CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Saiba como empresários e trabalhadores avaliam o veto à desoneração



Entidades empresariais ligadas aos 17 setores da economia que desde 2011 são beneficiadas com desonerações da folha de pagamento manifestaram seus posicionamentos sobre o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que manteria esses benefícios até 2027.

Aprovado pelo Congresso em outubro, o PL pretendia manter a contribuição para a Previdência Social de setores intensivos em mão de obra entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta. A política beneficia principalmente o setor de serviços. Até 2011, a contribuição correspondia a 20% da folha de pagamento. Esse cálculo voltará a ser aplicado em janeiro de 2024.

Implementada inicialmente como medida temporária, a política de desoneração da folha de pagamento, que reduz a contribuição para a Previdência Social paga por pequenos municípios, vinha sendo prorrogada desde então. Com o veto presidencial, a medida perde a validade em dezembro deste ano.

Os 17 setores são a confecção e vestuário; calçados; construção civil; call center; comunicação; empresas de construção e obras de infraestrutura; couro; fabricação de veículos e carrocerias; máquinas e equipamentos; proteína animal; têxtil; tecnologia da informação (TI); tecnologia de comunicação (TIC); projeto de circuitos integrados; transporte metroferroviário

de passageiros; transporte rodoviário coletivo; e transporte rodoviário de cargas.

Na manhã de sexta-feira (24), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantiu que, apesar do veto, o governo apresentará “uma solução que nos pareça mais adequada”, e que a questão será pacificada. Ele reiterou que o tema deve ser discutido após a aprovação da reforma tributária, com a definição das mudanças a serem aplicadas no Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Segundo o ministro, “quando a desoneração foi feita, esperávamos contratação. Mas isso não aconteceu”. Ele argumenta que a questão precisa ser tratada com parcimônia.

Pedro Peduzzi/ABR

Casos de reestatização viram munição para quem é contra privatizar a Sabesp

Nas últimas décadas, serviços de saneamento em centenas de cidades voltaram às mãos da administração pública após serem concedidos à iniciativa privada. Casos de reestatização já ocorreram em Berlim, Paris e Buenos Aires, e agora viraram munição para quem é contra privatizar a Sabesp. Opositores do projeto -que foi enviado à Assembleia Legislativa no último dia 17- usam os episódios para dizer que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) está colocando São Paulo na contramão do mundo. O argumento, porém, divide especialistas.

Enquanto alguns analistas afirmam que as reestatizações ilustram o fracasso do processo de privatização, outros avaliam que os episódios estão longe de indicar uma tendência. Na verdade, dizem, parte relevante dos casos sugere que a missão foi cumprida com sucesso, já que o contrato foi executado do

início ao fim.

Os serviços de água lideram a lista de reestatizações nos últimos anos, de acordo com a base de dados internacional Public Services. Foram 393 casos de 1992 para cá. Em seguida aparecem os setores de energia (385), serviços de saúde (276) e comunicação (199).

Considerando empresas como a Sabesp -que executam a distribuição de água potável e tratamento de esgoto- foram pelo menos 227 casos de devolução à administração pública desde 1998.

Os motivos indicados para a reestatização são diversos: fim de contrato, quebra de cláusulas contratuais, desistência ou falência das empresas privadas, entre outros.

A Public Services, responsável pelo levantamento, é uma iniciativa criada a partir de parceria do Transnational Institute (TNI), sediado em Amsterdam, com a Universidade de Glasgow (Escócia).

Thiago Bethônico/Folhapress



Investimentos no Tesouro Direto somam R\$ 3,325 bilhões em outubro



As vendas de títulos do Tesouro Direto superaram os resgates em R\$ 659,6 milhões em outubro deste ano. Segundo dados divulgados na sexta-feira (24), em Brasília, pelo Tesouro Nacional, as vendas de títulos atingiram R\$ 3,325 bilhões.

Já os resgates totalizaram R\$ 2,666 bilhões, todos relativos a recompras de títulos públicos. Não houve resgates por vencimentos, quando o prazo do título acaba e o governo precisa reembolsar o investidor com juros.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os corrigidos pela Selic - a taxa básica de juros - que corresponderam a 62,8% do

total. O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da taxa Selic.

Em março de 2021, o BC começou a elevar a Selic. A taxa - que estava em 2% ao ano, no menor nível da história - saltou para 13,75% ao ano.

Em agosto deste ano, o BC iniciou o ciclo de redução da Selic, hoje em 12,25%. Mesmo com a expectativa de queda dos juros básicos neste semestre, os investidores continuam a comprar esses títulos. Já os papéis vinculados à inflação IPCA tiveram participação de 26,1% nas vendas, enquanto os prefixados - com juros definidos no momento da emissão - representaram 11,1%.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 125 bilhões no fim de outubro, com aumento de 1,3% na comparação com o mês anterior (R\$ 123,4 bilhões) e de 23,4% em relação a outubro do ano passado (R\$ 101,2 bilhões).

Quanto ao número de investidores, 360.887 novos participantes cadastraram-se no programa no mês passado. O número de investidores atingiu 26.161.352, alta de 21,3% nos últimos 12 meses. O total de investidores ativos - com operações em aberto - chegou a 2.427.088, aumento de 15,4% em 12 meses. No mês, o acréscimo foi de 23.598 investidores ativos.

Andréia Verdélio/ABR

Política

Governo apresentará proposta até o fim deste ano para substituir desoneração, diz Haddad



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou na sexta-feira (24) que o governo apresentará até o fim do ano uma proposta para substituir a desoneração da folha de pagamento, vetada integralmente na quinta (23) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Haddad, as medidas para equacionar o fim da desoneração serão enviadas após a COP 28 (reunião climática da ONU, que acontece nas primeiras duas semanas de dezembro), quando a votação da Reforma Tributária já deverá ter acontecido.

“Na volta da COP, nós vamos apresentar para o presidente Lula um conjunto de

medidas que podem ser tomadas no final do ano para também equacionar esse problema”, disse.

O ministro, contudo, não detalhou o que deve ser apresentado, dizendo ser necessário aguardar as discussões de projetos que estão em avaliação no Legislativo.

Haddad convocou a entrevista coletiva na noite de quinta, fazendo mistério sobre qual assunto seria tratado. O convite enviado dizia que o tema seria informado apenas no encontro com os jornalistas. Ao chegar ao gabinete do Ministério da Fazenda, em São Paulo, disse que iria esclarecer, a pedido do presidente Lula, o veto da desoneração.

“Inclusive, a vigência

da desoneração vai até 31 de dezembro, eu não estou alheio ao problema que isso pode acarretar, embora meu papel não seja ficar cedendo a chantagem. Tenho que ter clareza do que tenho que fazer”, afirmou. Durante a coletiva, Haddad também falou sobre matérias enviadas pelo governo ao Congresso e que ainda estão “pendentes”. Segundo ele, o Executivo vai esperar para observar como o Legislativo se posicionará em temas como a lei que regulamenta as apostas esportivas e a proposta de taxa dos fundos dos super-ricos. A previsão é de que as matérias cheguem ao plenário na terça ou quarta da semana que vem.

Thiago Bethônico/Folhapress

Lula obriga empresas a publicar relatório para fiscalizar igualdade salarial entre homem e mulher



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou um decreto na noite de quinta-feira (23) que obriga empresas com mais de 100 empregados a publicarem na internet um relatório de transparência salarial, para que seja possível averiguar se há diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. O ato regulamenta legislação sancionada em julho deste ano, que estabeleceu a obrigatoriedade de igualdade salarial entre homens e mulheres.

O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União, na noite de quinta-feira (23). O ato bus-

Pacheco chama reação do STF de desproporcional e fala em novas mudanças no tribunal

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chamou nesta sexta-feira (24) de desproporcional e desavisada a reação de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a PEC (proposta de emenda à Constituição) que limita decisões individuais na corte.

Segundo ele, o Legislativo é o Poder com mais legitimidade para representar a população brasileira, e a medida teve como única intenção preservar o equilíbrio entre os Poderes.

Os embates entre Pacheco e o STF não são de hoje. Em 2021, no auge da pandemia, o STF o obrigou a instalar a CPI da Covid, que já tinha assinaturas suficientes. O senador, porém, tentou ganhar tempo para engavetá-la. O resultado foi um revés tanto para o parlamentar quanto para o então presidente Jair Bolsonaro (PL).

A declaração de Pacheco ocorreu durante evento na Faculdade de Direito da FAAP (Fundação Armando Álva-

res Pentead), no bairro de Higienópolis, em São Paulo. No evento, Pacheco recebeu a Medalha de Honra ao Mérito Jurídico entregue pelo GCSM, entidade voltada ao campo empresarial, e o Fórum das Américas. Em entrevista após a cerimônia, o político disse que o teor da PEC é “óbvio” e vai ao encontro da Constituição.

Questionado pela Folha de S.Paulo se o Congresso Nacional pensa em pautar mais mudanças para o Supremo, Pacheco respondeu que “todas as instituições têm que estar sujeitas a aprimoramento, não são mudanças ao acaso ou simplesmente pelo fato de mudar como manifestação ou substituição de um Poder sobre o outro, absolutamente. Não é essa a razão de ser”.

Pacheco disse considerar importante, além da PEC sobre decisões monocráticas, a proposta de estabelecer mandatos para os ministros e a ideia de controlar o acesso sobre o que deve ser discutido no tribunal.

Folhapress



ca oferecer mecanismos para que seja possível verificar o cumprimento da lei sancionada anteriormente por Lula, determinando a equiparação salarial.

Por isso as empresas deverão publicar o relatório de transparência salarial e de critérios remuneratórios, que tem “por finalidade a comparação objetiva entre salários, remunerações e a proporção de ocupação de cargos”.

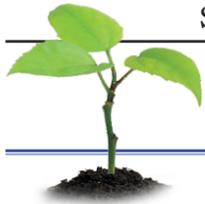
Esses documentos devem informar os valores do salário contratual, 13º salário, gratificações, comissões, horas extras, adicionais (noturno, de insalubridade, periculosidade), aviso-prévio trabalhado, gorjetas, entre outros dados.

Assim como prevê a lei, esses dados devem conter informações anonimizadas e também devem ser enviados por meio de ferramenta informatizada disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A pasta também deverá notificar as empresas quando verificar a desigualdade salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres. As empresas notificadas terão 90 dias para elaborar o Plano de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens.

O ministério também vai disponibilizar um canal para receber denúncias.

Folhapress



Comissão de Meio Ambiente aprova PL dos Defensivos Agrícolas e projeto vai a plenário do Senado



Na quarta-feira, 22, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado aprovou por unanimidade o projeto de lei 1.459/2022, que estabelece novas diretrizes para a aprovação e obtenção de registros de defensivos agrícolas. O senador Fabiano Contarato (PT-ES), relator do projeto, expressou seu apoio, incorporando emendas da bancada ruralista. O próximo passo é a tramitação do texto no plenário do Senado, após o colegiado ter concedido regime de urgência.

O conteúdo do projeto resultou de um entendimento entre a base governista e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). O texto final contempla duas demandas da FPA: a coordenação do Minis-

tério da Agricultura em casos de reavaliação de produtos e a eliminação da exigência de análise de risco para a aprovação de produtos genéricos de moléculas já em uso no país.

Entretanto, o projeto não incluiu a adoção do regime temporário para a aprovação de novos agroquímicos, ou seja, a delimitação legal de um prazo máximo de 24 meses para moléculas novas de agroquímicos, 12 meses para produtos genéricos (com patente expirada) e 12 meses para o registro de produtos biológicos, uma questão considerada crucial para a indústria de agroquímicos. O relatório também não acatou a proposta de alterar a nomenclatura atual de defensivos agrícolas para pesticidas, conforme normas internacionais.

O senador Carlos Fávaro (PSD-MT), temporariamente exonerado do Ministério da Agricultura, defendeu a aprovação do projeto, destacando a necessidade de modernização para banir produtos mais danosos e incentivar o uso de produtos biológicos na agropecuária. Ele assegurou que a equipe técnica do Ministério manterá rigor técnico e seguirá a regulamentação, desmistificando preocupações sobre um suposto aumento indiscriminado de pesticidas.

Quanto à tramitação, a senadora Tereza Cristina (PP-MS), coordenadora política da FPA no Senado, recordou que o projeto estava em discussão há 24 anos, sendo de autoria do ex-senador e ex-ministro Blairo Maggi em 1999.

Estadão Conteúdo

Bancada do agro propõe aumentar seguro rural por conta das mudanças climáticas

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) propôs diversas emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, visando assegurar o desenvolvimento do setor. Os parlamentares solicitam a inclusão de quatro emendas na legislação que determinará o orçamento do próximo ano.

Uma das emendas apresentadas pela bancada visa aumentar o orçamento necessário para operar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Esse seguro tem como finalidade reduzir as perdas dos agricultores devido a eventos climáticos e possibilitar a recuperação do capital investido na lavoura em caso de danos.

A justificativa da bancada é que os custos para o pagamento do prêmio têm aumentado devido à intensificação e frequência de eventos climáticos, como a seca histórica na Amazônia e as enchentes que afetaram cidades no sul do país nos últimos anos.

Portanto, argumentam que é necessário um aumento nos recursos financeiros públicos destinados a auxiliar os agricultores.

Os responsáveis pelas emendas são os deputados Sérgio Souza (MDB-PR), Pedro Lupion (PP-PR), que também é presidente da bancada, e o deputado Alceu Moreira (MDB-RS). A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA) já aceitou as emendas presentes em um relatório do senador Jaime Bagatolli (PL-RO), que trata de incentivos à produção rural. Esse relatório também será avaliado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Conforme informado pelo gabinete do presidente da frente ruralista, Pedro Lupion, a emenda propõe que não haja restrição de empenho para os recursos destinados ao seguro, ou seja, mesmo que a receita não esteja sendo arrecadada conforme previsto, os recursos devem ser assegurados. Estadão Conteúdo



Clima leva à alta de preço da maioria de hortaliças e frutas no atacado em outubro, diz Conab



Os preços de grande parte das frutas e hortaliças mais comercializadas nos principais mercados atacadistas do país apresentaram aumento em outubro, em comparação com o mês anterior.

A elevação observada é atribuída às condições climáticas e à mudança na região fornecedora dos produtos, conforme apontado pelo 11º Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado na terça-feira, 21.

O levantamento da Conab considera as cinco hortaliças (batata, cenoura, cebola, tomate e alface) e as cinco

frutas (laranja, mamão, melancia, maçã e banana) que têm maior representatividade na comercialização nas principais Centrais de Abastecimento (Ceasas) do país e que desempenham papel destacado no cálculo do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Quanto às hortaliças, a Conab destaca que a cebola registrou o maior aumento na média ponderada, com um acréscimo de 40,63%. Os preços elevados foram observados em todas as Ceasas analisadas pela estatal.

A Conab explica que, no final da safra, a produção do Centro-Oeste e de Minas Gerais manteve boa qualidade, mas em quantidades decrescentes, resultando em

aumento de preço. O mesmo ocorreu na Região Sul, onde a produção ainda incipiente para atender à demanda contribuiu para a alta de preços. Além da oferta, a mudança na região fornecedora geralmente eleva os preços devido às alterações nos custos operacionais e logísticos.

No caso da alface, a alta de 28,32% na média ponderada é atribuída às elevadas temperaturas, que aumentam a demanda pela folhosa, e às chuvas pontuais que prejudicam a colheita, reduzindo os envios aos mercados. A gerente de Produtos Hortigranjeiros da Conab, Juliana Torres, destaca que as condições para pressão de alta nos preços da alface continuam presentes no mercado. Estadão Conteúdo

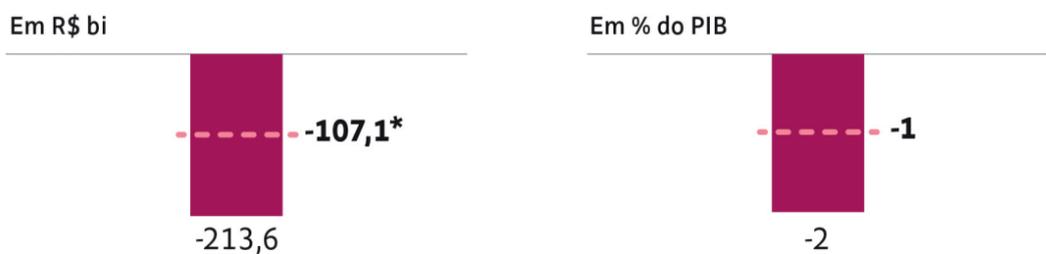
Gráficos Informativos

Projetos de Haddad para aumentar receitas

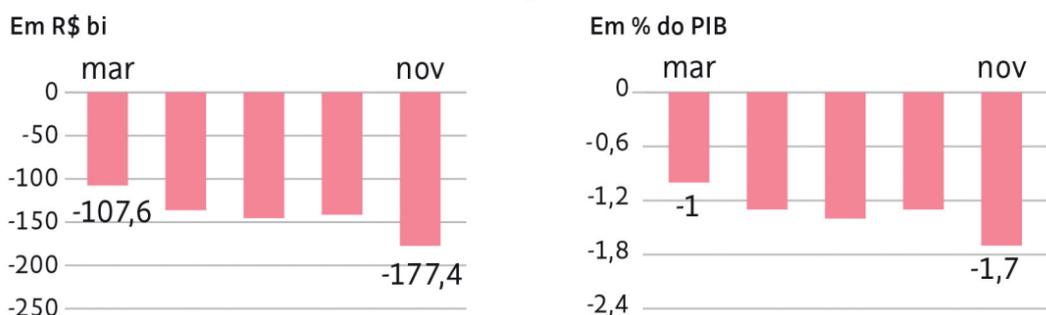
Proposta	Status	Precisa ser aprovado em 2023 para valer em 2024?	Arrecadação prevista para 2024* Em R\$ bi
Mudança em subvenções do ICMS	Projeto está na Câmara e Haddad negocia flexibilizar texto	✗	35
Offshores e fundos exclusivos	Aprovado na Câmara; no Senado, passou pela CAE e precisa de aval do plenário	✓	20
Fim de JCP	Está na Câmara. Conteúdo pode ser incluído em proposta da subvenção do ICMS	✓	10
Regulamentação de apostas esportivas	Aprovado na Câmara; no Senado, passou pela CAE e precisa de aval do plenário	✗	1,6

Meta fiscal

- Meta fiscal formal
- - - Estimativa informal anunciada por Haddad em janeiro



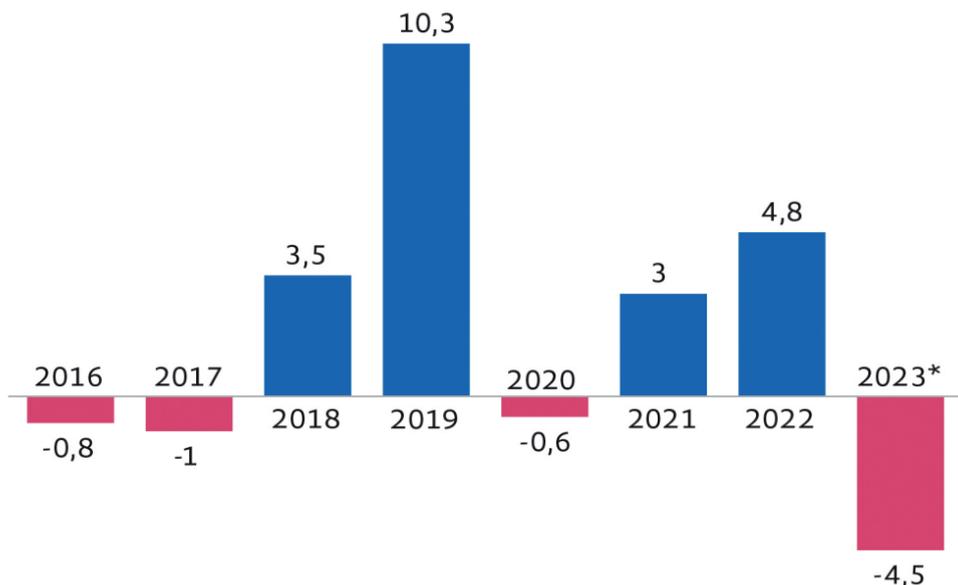
Déficit previsto para o ano, segundo previsão feita em cada mês



* Considerando o déficit de 1% estimado por Haddad para o ano, aplicado à previsão atualizada para o PIB
Fontes: Tesouro e SOF

Resultado das estatais federais

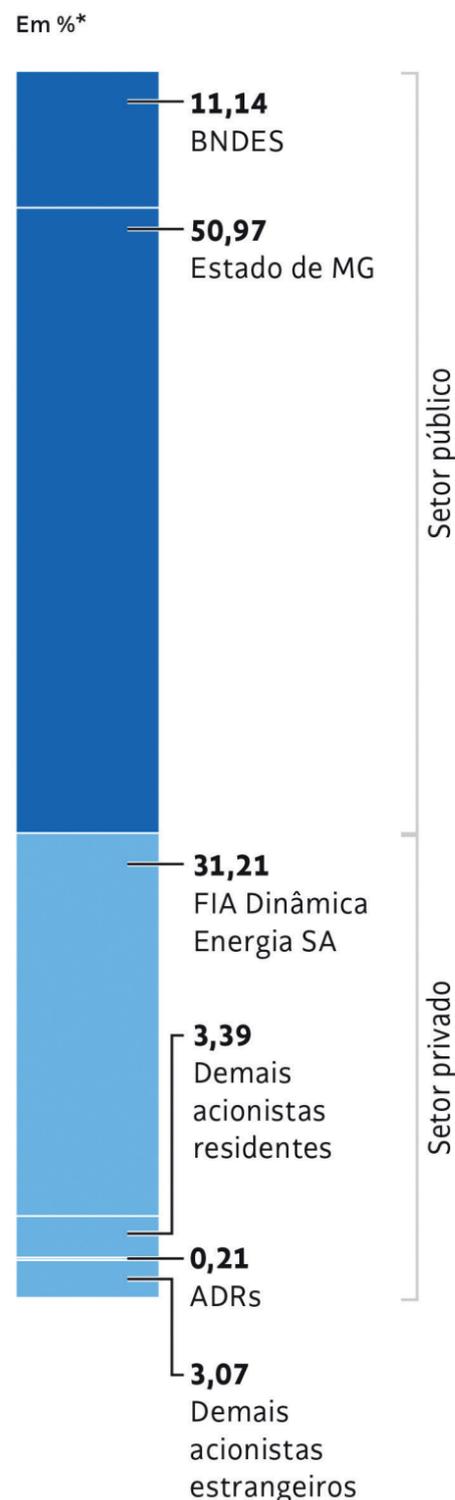
Em R\$ bilhões, excluindo juros



* Projeção oficial
Fontes: Banco Central e Ministério do Planejamento

Raio-X da Cemig

Acionistas





Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Hidrovias do Brasil S.A.

("Companhia")

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de novembro de 2023

1. Data, Horário e Local: No dia 13 de novembro de 2023, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Fradique Coutinho, 30, 7º andar, Pinheiros, CEP: 05416-000 ("Reunião"). **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Felipe Andrade Pinto, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Wever, Michell Fontes Souza, Ricardo Saad, Antonio Mary Ulrich, Luis Barbieri, Julio Piza, e Marcus Vinicius Menoita Nogueira. Participaram, ainda, como convidados, os Srs. Fabio Schettino, Ricardo Pereira, Gianfranco Cinelli e Guilherme Tourinho Brandi ("Convidados"). **3. Mesa:** Presidente: Felipe Andrade Pinto; e Secretário: Guilherme Tourinho Brandi. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e/ou deliberar sobre: (i) as informações contábeis trimestrais da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2023; e (ii) as atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2023. **5. Apresentação:** Os membros da Diretoria da Companhia presentes na Reunião realizaram apresentação acerca dos tópicos da ordem do dia ("Material de Suporte"). Após a apresentação, os membros do Conselho de Administração discutiram e esclareceram suas dúvidas a respeito do material fornecido e das apresentações realizadas, não havendo mais questionamentos, tampouco objeções em relação ao que foi apresentado ou ao que foi esclarecido. O Sr. Antonio Mary Ulrich, membro do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia esclareceu que referido Comitê de Auditoria, em reunião realizada em 09 de novembro de 2023, apreciou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das informações contábeis trimestrais da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2023. **6. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, nos termos do Material de Suporte, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) **Aprovar** as informações contábeis trimestrais da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2023, acompanhadas do respectivo relatório dos auditores independentes da Companhia e do relatório da administração. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para a divulgação de referidas informações contábeis trimestrais e dos demais documentos pertinentes previstos no Estatuto Social da Companhia, na legislação e na regulamentação aplicáveis, incluindo o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes da Companhia, bem como fica a Diretoria autorizada a disponibilizar os documentos aplicáveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários e da Companhia; e (ii) **Tomar conhecimento** acerca das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia referentes ao terceiro trimestre do ano de 2023, anuindo com as iniciativas realizadas por referido Comitê. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos e executar todos os instrumentos necessários para a concretização das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a presente Reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 13 de novembro de 2023. **Mesa:** Felipe Andrade Pinto – Presidente; Guilherme Tourinho Brandi – Secretário. **Conselheiros:** Felipe Andrade Pinto – Conselheiro; Roberto Lucio Cerdeira Filho – Conselheiro; Antonio Wever – Conselheiro; Michell Fontes Souza – Conselheiro; Ricardo Saad – Conselheiro; Julio Piza – Conselheiro; Antonio Mary Ulrich – Conselheiro; Luis Barbieri – Conselheiro; Marcus Vinicius Menoita Nogueira – Conselheiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 445.674/23-4 em 21/11/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 – NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A. Nos termos da cláusula 10, do respectivo Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª série, a reunir-se em **2º Convocação**, para Assembleia Geral de Titulares do CRI, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, pela plataforma Teams, administrada pela Emissora, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por e-mail aos Investidores que enviarem solicitação para amanda.melo@bsicapital.com.br e/ou fiduciario@commcor.com.br, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções abaixo e também disponíveis no site do Agente Fiduciário a todos os Investidores, no seu website: <https://www.commcor.com.br> a realizar-se em 30 de novembro de 2023, na Rua José Versolato, nº 111, centro, São Bernardo do Campo/SP, SL 2126 às 09:00 horas da manhã, para deliberar sobre a **aprovação ou não** das seguintes ordens do dia: (i) **Demonstrações financeiras do patrimônio separado referente ao ano de 2022;** (ii) **Autorizações pertinentes:** autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item acima. A Securitizadora deixa registrado que o quórum de instalação e o quórum de deliberação da assembleia em primeira convocação é de titulares dos CRI que representem pelo menos 50% dos CRI em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número conforme redação da cláusula 10.4 e 10.11 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, acompanhada de cópia de documento de identidade, inclusive, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Em relação à data de realização da assembleia, os titulares devem apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. São Paulo, 23, 24 e 25 de novembro de 2023. **BSI Capital Securitizadora S.A.**

FHV – Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 96.612.585/0001-70 – NIRE 35.300.466.195

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

A Sra. **Marilena Rodrigues Vasone**, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os acionistas da FHV – Participações e Empreendimentos S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 96.612.585/0001-70, com seus atos societários regularmente na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.466.195 ("Companhia"), a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social da Companhia, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, conj. 32, sala H, Vila Olímpia, CEP 04552-080, no dia 04/12/2023 às 10:00, em 1ª chamada, e às 11:00, em 2ª chamada, para apreciação das seguintes matérias: (i) distribuição de dividendos aos acionistas preferencialistas da Companhia, à conta de reserva de capital e à conta de reserva de lucros, ambas regularmente registradas no último balanço patrimonial encerrado da Companhia; (ii) autorização para que a efetivação da distribuição de dividendos em questão, em valor correspondente ao saldo integral contabilizado nas contas de reserva de capital e de reserva de lucros da Companhia, seja feita mediante compensação de créditos detidos pela Companhia contra os acionistas preferencialistas, conforme regularmente contabilizados no último balanço patrimonial encerrado da Companhia; (iii) reformar o objeto social da Companhia para incorporar as seguintes novas atividades secundárias: (a) gestão e administração da propriedade imobiliária, (b) atividades de cobrança e informações cadastrais, bem como para excluir as seguintes atividades secundárias: (c) cultivo de cana-de-açúcar, (d) cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente, (e) produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas, e (f) serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; e (iv) consolidação na nova versão do Estatuto Social da Companhia, para refletir as modificações indicadas no item anterior, caso aprovadas. (24, 25 e 28/11/2023)

Akaer Engenharia S.A.

CNPJ/ME nº 65.047.250/0001-22 – NIRE 35.300.474.465

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2023

1. Data, Hora e Local: Em 30/10/2023, às 10 horas, na sede social da Companhia, com sede em São José dos Campos-SP, na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Melo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretário: Francilio Graciano. **4. Ordem do Dia:** (i) aumento do capital social da companhia; (ii) no caso de aprovação do item (i) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a emissão de ações ordinárias e o aumento do capital social da Companhia; (iii) alteração da alínea "I" do § 1º, do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia; (iv) o pedido de renúncia do Sr. **Cássio Cassaro Grasselli** do cargo de Diretor Vice-Presidente Financeiro; (v) eleição e nomeação de Rogério Daniel Faria para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças; (vi) aprovação para a celebração do Termo de Outorga de Subvenção Econômica – referência nº 2360/22 ("Termo de Outorga – FINEP"); e (vii) aprovação e autorização à Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para a contratação e execução do Termo de Outorga – FINEP; e (viii) alteração e consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações tomadas por unanimidade:** **5.1. Aprovar** o aumento, realizado em 29/08/2023, de R\$ 15.234.000,00 no capital social da Companhia, que de R\$ 36.917.499,99 passa a ser de R\$ 52.151.499,99, mediante a emissão de 12.598.442 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"). **5.1.1.** As Novas Ações são subscritas conforme segue: (a) pela acionista **Akaer Participações S.A.**: 12.402.821 novas ações ordinárias no valor de R\$ 15.000.000,00; (b) pela acionista **FG Empreendimentos e Participações Ltda.**: 195.621 novas ações ordinárias no valor total de R\$ 234.000,00. A acionista **FG Empreendimentos e Participações Ltda.** renuncia expressamente seu direito de preferência na subscrição das Novas Ações emitidas em decorrência do aumento do capital social ora aprovado, proporcionalmente à subscrição ora feita pela acionista **Akaer Participações S.A.** **5.1.2.** A **Akaer Participações S.A.** ("Akaer"), integralizou totalmente suas 12.402.821 Novas Ações, no valor total de R\$ 15.000.000,00, utilizando os recursos transferidos para a Companhia, em 29/08/2023. **5.1.3.** A **FG Empreendimentos e Participações Ltda.** ("FG"), subscreeu as suas 195.621 Novas Ações, no valor total de R\$ 234.000,00, que serão totalmente integralizadas, até 31/08/2024. **5.2.** O capital social da Companhia será dividido em 42.307.088 ações ordinárias, distribuídas entre as acionistas da seguinte forma: **Akaer Participações S.A.**, 41.460.946 Ações Ordinárias, 98%. **FG Empreendimentos e Participações Ltda.**, 846.142 Ações Ordinárias, 2%. **Total: 42.307.088 Ações Ordinárias, 100%.** Os acionistas aprovaram a nova redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: "Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$ 52.151.499,99, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em dinheiro e bens, dividido em 42.307.088 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **5.4.** Aprovar a nova redação da alínea "I" do § 1º do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, que passa a ter a seguinte redação: "Artigo 8º – Exceto se de outra forma expressamente previsto no presente Estatuto Social, ou por Lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos válidos, ou seja, mais de 50% dos votos válidos. Para fins do presente Estatuto, serão considerados votos válidos os votos validamente proferidos por qualquer acionista da Companhia presente em uma Assembleia Geral devidamente convocada e instalada, excluindo-se, portanto, os votos em branco, nulos, proferidos por qualquer acionista com conflito de interesses nos termos da Lei das S.A. ("Votos Válidos")." **§ 1º.** A deliberação acerca das seguintes matérias somente será aprovada mediante o voto afirmativo de mais de 90% dos Votos Válidos, em Assembleia Geral devidamente instalada nos termos deste Estatuto Social: (j) aprovar a celebração, modificação, rescisão e/ou repagamento pela Companhia de qualquer contrato ou outro instrumento com relação a empréstimo, custeio ou financiamento, linha de crédito e qualquer outra transação similar (ou qualquer promessa pela Companhia com relação a tais transações) envolvendo quantia, em uma única transação ou uma série de transações em um mesmo ano fiscal, superior a R\$10.000.000,00, exceto se tratar de termo/contrato de subvenção econômica, se previsto de forma diversa no plano de negócios e/ou no orçamento anual;" **5.5.** Aceitar o pedido de renúncia do Sr. **Cássio Cassaro Grasselli**, RG nº 1345722 SSP/ES, e CPF nº 086.550.03719, do cargo de Diretor Vice-Presidente Financeiro da Companhia, o qual exerceu a sua função até o dia 04/10/2023, agradecendo-o por todo o período que colaborou com a Companhia. **5.6. Aprovar** a eleição e nomeação de **Rogério Daniel Faria**, RG nº 26.533.423-8 SSP/SP e CPF nº 258.721.658-38, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças, no atual mandato bienal em curso. O Diretor, ora eleito, toma posse em 30/10/2023, mediante a assinatura de seu respectivo Termo de Posse, bem como declara (i) ter conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei 6.404/76, (ii) preenchendo todos os requisitos legais para integrar a Diretoria da Companhia, e (iii) não estando incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis. **5.7.** A nova composição da Diretoria, com mandato até a data de realização da próxima Assembleia Geral Ordinária em 2025, passa a ser a seguinte: a. **Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva**, RG nº 6.752.699-8 SSP/SP e CPF nº 860.083.078-87, para o cargo de Diretor Presidente e CEO; b. **Aldo da Silva Junior**, RG nº 11.847.161 SSP/SP, e CPF nº 065.695.388-88, para o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing; c. **Alejandro Esteban Villega**, RNE nº V299749-P e CPF nº 227.490.978-43, para o cargo de Diretor Funcional de Engenharia Aeronáutica; d. **Alexandre Bernardo**, RG nº 23.710.688-7 SSP/SP e CPF nº 162.828.598-24, para o cargo de Diretor de Programas; e. **Bibiana Del Monaco Silva Misumi**, RG nº 32.358.596-6 SSP/SP e CPF nº 215.688.898-10, para o cargo de Diretora Vice-Presidente de Desenvolvimento Organizacional; f. **Cassius Moreira Leite**, RG nº 22.308.100 SSP/SP e CPF nº 148.293.708-58, para o cargo de Diretor Funcional de Projeto e Estruturas; g. **Fernando Coelho Ferraz**, RG nº 06054860-9 IFF/RJ e CPF nº 013.490.727-29, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações; h. **Francilio Graciano**, RG nº 17.857.334 SSP/SP, e CPF sob o nº 098.541.408-14, para o cargo de Diretor Executivo de Negócio de Dispositivos de Produção e Mecânica Pesada; i. **Gustavo Dias Ferraz**, RG nº 29.508.988-X e CPF nº 273.215.878-00, para o cargo de Diretor de Programas; j. **Horácio Felix Garcia Gonzaga**, RG nº 22.589.716-7 SSP/SP e CPF nº 098.488.068-22, para o cargo de Diretor de Relacionamento e Suporte ao Cliente; k. **Joselito Rodrigues Henriques**, RG nº 27.184.634-3 SSP/SP, e CPF nº 252.334.008-98, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; l. **Juliana Freitas Caetano Rezende**, RG nº 55.489.498-1 e CPF nº 028.512.486-26, para o cargo de Diretora de Recursos Humanos; m. **Lister Guillaumon Pereira da Silva**, RG nº 27928320 SSP/SP e CPF nº 289.556.628-31, para o cargo de Diretor de Programas; e n. **Rogério Daniel Faria**, acima qualificado, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças. **5.8. Aprovar e autorizar** a celebração do Termo de Outorga – FINEP entre a Companhia e a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, no valor total de R\$ 185.347.482,72, sendo R\$ 180.461.174,08 de subvenção e R\$ 4.886.308,64 de contrapartida. **5.9. Aprovar e autorizar** a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para a contratação e execução do Termo de Outorga – FINEP. **5.10. Aprovar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. São José dos Campos, 30/10/2023. Mesa: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva – Presidente; Francilio Graciano – Secretário. Acionistas: **Akaer Participações S.A.** (Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva e Bibiana Del Monaco Silva Misumi); **FG Empreendimentos e Participações Ltda.** (Francilio Graciano). Membro da Diretoria: **Rogério Daniel Faria**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 431.978/23-2 em 16/11/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,8921 / R\$ 4,8927 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 4,8958 / R\$ 4,8978 *
Turismo - R\$ 5,0200 /
R\$ 5,1040
(* cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: -0,17%
OURO BM&F
R\$ 279,99

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: -0,84%
Pontos: 125.517
Volume financeiro:
R\$ 17,120 bilhões
Majores altas: Gol PN
(4,00%), CVC ON
(2,46%), Azul PN (1,69%)
Majores baixas: Casas
Bahia ON (-8,62%), Mag-
azine Luiza ON (-8,29%),
Locaweb ON (-6,94%)
S&P 500 (Nova York):
0,06%
Dow Jones (Nova York):
0,33%
Nasdaq (Nova York):
-0,11%
CAC 40 (Paris): 0,2%
Dax 30 (Frankfurt): 0,22%
Financial 100 (Londres):
0,06%
Nikkei 225 (Tóquio):
0,52%
Hang Seng (Hong Kong):
-1,96%
Shanghai Composite
(Xangai): -0,68%
CSI 300 (Xangai e Shen-
zhen): -0,66%
Merval (Buenos Aires):
4,39%
IPC (México): -0,1%
S&P 500 (Nova York): %
Dow Jones (Nova York): %
Nasdaq (Nova York): %
CAC 40 (Paris): %
Dax 30 (Frankfurt): %
Financial 100 (Londres):
%Nikkei 225 (Tóquio): %
Hang Seng (Hong Kong):
%Shanghai Composite
(Xangai): %CSI 300

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4684	Peso (Chile) - 0,005623
Dólar (EUA) - 4,8927	Peso (México) - 0,2857
Franco (Suíça) - 5,5485	Peso (Uruguai) - 0,1245
Iene (Japão) - 0,03273	Yuan (China) - 0,6844
Libra (Inglaterra) - 6,1712	Rublo (Rússia) - 0,0553
Peso (Argentina) - 0,01369	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3536

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal
acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Negócios

Setor de alarmes residenciais cresce e adota inteligência artificial



O mercado imobiliário aquecido nas maiores capitais do país está movimentando o setor de alarmes e segurança eletrônica.

Segundo dados da pesquisa Panorama de Mercado, realizada pela Abese (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança), o segmento cresceu 18% em 2022, com um faturamento de R\$ 11 bilhões. As projeções são positivas para 2023, 2024 e 2025, com empresas planejando dobrar seu quadro de funcionários.

Para Selma Migliori, presidente da Abese, a popularização dos equipamentos foi muito impactada pelo avanço tecnológico, que tornou a instalação mais fácil. Ela afirma que há uma demanda crescen-

te por soluções que possam atuar de maneira proativa, com uso de tecnologias como a IA (Inteligência Artificial), a conexão 5G e as portarias remotas em condomínios.

Algumas seguradoras até oferecem descontos para residências equipadas com sistemas de alarme, o que incentiva os proprietários a investir em dispositivos.

Empresas do setor têm desenvolvido soluções integradas, incluindo câmeras, sensores de movimento, fechaduras inteligentes e outros dispositivos de segurança.

A Verisure quadruplicou seu portfólio de clientes nos últimos cinco anos. Tiago Perez Sarni, diretor de marketing de portfólio da empresa, diz que há opções mais

completas, como elementos dissuasórios (placas de aviso, sirenes, fotodetectores de movimento, entre outros).

“Recentemente, lançamos em São Paulo e na região sul do país o kit com o Zero-Vision, que é um escudo de fumaça disparado pela central de monitoramento e projetado para agir imediatamente em caso de invasão enquanto a polícia chega ao local”, conta.

Sarni diz ainda que o cliente pode contratar câmeras dotadas de IA -que distinguem pessoas de animais, detectores externos perimetrais, sensores magnéticos para portões de aço, botão SOS e detector de fumaça. O custo é determinado de acordo com as necessidades de cada imóvel e seus pontos vulneráveis.

Folhapress

Falta de peças faz motoristas esperarem até oito meses para consertar carro

Falta de peças faz motoristas esperarem até oito meses para consertar carro. Motoristas, oficinas e seguradoras têm reclamado da demora na entrega de peças de carros nos últimos meses. A causa, porém, divide quem está no mercado: alguns culpam as montadoras e outros as próprias seguradoras.

Levantamento da FenSeg (Federação Nacional de Seguros Gerais) apontou que dos 40.700 itens encomendados entre janeiro e março, 7.100 ainda precisavam ser entregues pelas montadoras em agosto. Além disso, dos 235 mil sinistros de automóveis neste período, 7% sofreram com o atraso de peças.

Os dados foram divulgados pela entidade na semana passada. De acordo com a FenSeg, neste ano os motoristas precisaram ficar em média 25 dias com carros reservas alugados pelas seguradoras enquanto as oficinas credenciadas aguardavam a entrega de peças. Em 2019,

último ano antes da pandemia de Covid-19, foram 11 dias.

A maior parte das peças (60%) com atraso na entrega é de funilaria. São itens como para-choques, faróis, portas e painéis. Componentes mecânicos como microchips representam 25% dos atrasos, vidros e iluminação, 8%, e segurança, 6%.

Ainda segundo a FenSeg, 87% do total de peças pendentes são de dez montadoras, e 15% de uma única.

Relatório da federação divulgado no mês passado aponta que ao menos três fatores estariam prejudicando a produção dessas peças: 1) escassez de componentes ainda motivada pela pandemia; 2) desaquecimento das vendas de veículos; 3) suspensão ou paralisação da produção pelas montadoras no Brasil.

As seguradoras dizem já ter comunicado várias vezes às montadoras sobre a necessidade de reposição das peças. Em todas elas, porém, não teriam recebido respostas.

Ana Paula Branco/Folhapress



Black Friday: faturamento deve crescer 5% em 2023, segundo previsões da câmara e-net



Estudos da Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net), principal entidade brasileira representativa da economia digital, mostram que 67% dos brasileiros pretendem fazer compras no Black Friday. Sete em cada dez consumidores pretendem gastar igual ou mais do que no ano anterior.

A Black Friday passou por três anos atípicos. Para esse ano tanto o varejo quanto os consumidores estão mais otimistas com a data. As expectativas para a Black Friday de 2023 são positivas com projeções de crescimento de 5% a mais nas vendas em comparação ao ano anterior. Para Gerson Rolim, consultor do Comitê de Meios de

Pagamento e Antifraude da Câmara Brasileira da Economia Digital – camara-e.net –, o aumento do consumo é impulsionado por fatores como a recuperação econômica, o aumento da confiança dos consumidores e a maior oferta de produtos e serviços com descontos.

Com um sinal de maior poder de compra, o brasileiro já mostra mais interesse pela data. “Estamos observando também que existem grandes possibilidades de diversificação nas compras este ano, já que as categorias que mais crescem não são as mais tradicionais da Black Friday”, afirma Rolim.

O consumidor está mais maduro e disposto a gastar mais nesse momento. De

acordo com o Google, as buscas pela data Black Friday no Brasil cresceram 24% na comparação com o ano passado.

“O Black Friday teve sua primeira edição brasileira em 2010, e um período de 13 anos pode ser entendido como uma era geológica para cenários tão dinâmicos como a economia digital. Podemos afirmar que a BF já é uma tradição do e-commerce em nosso país. Ademais, creio que o correto seja afirmar que a BF alavancou as vendas do e-commerce, bem como do varejo tradicional. Afinal de contas, há alguns anos, a BF já se posicionou como a maior sazonalidade de vendas do e-commerce no país”, afirma Rolim.

Folhapress